Simulado Final

MP PI

Analista Ministerial
Área Processual - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final MP-PI (Analista Ministerial - Área Processual)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Ministerial - Área Processual** do **MP-PI**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/NR4AKyuxqCMX85w56

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo

Pesquisa feita nos EUA mostra que o consumo deixa as pessoas felizes. Mas alerta que esse prazer é efêmero e pode levar à frustração, depressão, sensação de vazio. De acordo com os pesquisaodres americanos, as pessoas mais consumistas não estão tão preocupadas com o objeto em si que estão comprando ou planejando comprar. Para elas, o importante são os benefícios intangíveis a serem alcançados, como melhorar a autoestima, fortalecer a relação com os amigos e até aperfeiçoar o seu desempenho profissional.

Outra constatação curiosa da pesquisa é que essa "felicidade" está muito mais concentrada no ato de planejar e sonhar com a compra do que na aquisição propriamnete dita. Os cientistas chamam esse sentimento de "economia da ansiedade", que é muito explorada em várias campanhas publicitárias. Uma coisa é comprar o que se precisa para viver e ter algum conforto. Outra, bem diferente, é consumir por consumir. É ruim para o bolso, para o espírito e para o planeta.

Dentre todos os desafios ambientais que enfrentamos hoje, e eles são muitos, dois se destacam: o crescimento da população e o consumo. Quanto mais gente na terra e mais gente consumindo, mais aumenta a pressão sobre o aquecimento global, a poluição dos rios, a destruição das florestas, a pesca descontrolada.

Se continuarmos medindo o volume da alegria pelo tamanho do carrinho de compras, temos poucas chances de chegar a algum lugar. No mundo de hoje, infelizmente, as pessoas desempenham muito mais o papel de consumidoras do que de cidadãs. É preciso que haja uma revisão urgente de valores. Para usufruir das melhores coisas da vida, aquelas que realmente proporcionam felicidade, raramente é preciso botar a mão no bolso e pagar. Basta olhar em volta.

(Agostinho Vieira)

01. De acordo com o texto, a expressão "economia da ansiedade" refere-se a:

a) comprar depois de pesquisar o melhor preço.
b) avaliar cuidadosamente o que é preciso consumir.
c) consumir para melhorar a própria imagem.
d) conseguir vantagens no campo pessoal.
e) gerar expectativas sobre as compras futuras.

02. Ao desenvolver a análise sobre os hábitos de consumo, o autor expõe uma oposição entre consumo exagerado e

a) elevação da autoestima
b) planejar a compra
c) performance profissional
d) preservação do meio ambiente
e) aumento populacional

03. No último parágrafo, o autor recomenda que, para usufruir da verdadeira felicidade, devemos

a) investir mais em produtos e serviços que tragam conforto e bem-estar.
b) consumir de forma consciente e com planejamento financeiro.
c) mudar nossa mentalidade e valorizar o que é simples e gratuito ao nosso redor.
d) trabalhar mais para aumentar o poder de compra e, assim, ter acesso à felicidade.
e) consumir de forma mais eficiente, priorizando bens que agreguem valor emocional.

Reprimir a violência de pais e educadores talvez quebre o círculo vicioso _____ tendemos a reproduzir a violência _____ fomos vítimas.

04. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto**.**

a) do qual; da qual
b) pelo qual; a qual
c) pelo qual; da qual
d) com o qual; que
e) no qual; com a qual

05. A relação de causa e consequência, respectivamente, entre as informações está corretamente evidenciada na frase:

a) Tomava muito remédio, mas vivia indo ao médico com problemas de pressão alta.
b) Para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios.
c) Pediram para mudar a pauta do jornal, porque Tancredo não tomaria posse.
d) É preciso equilibrar as contas públicas para evitar um colapso em setores importantes.
e) A relação entre povo e futebol é tão profunda, que muitos brasileiros esquecem que o futebol foi inventado na Inglaterra.

06. Considerando-se a correlação adequada entre tempos e modos verbais, a alternativa que, respeitando a norma-padrão, completa o período iniciado pelo trecho "O instrutor teria sido avisado se…" é

a) passar no último teste.
b) passara no último teste.
c) tiver passado no último teste.
d) teria passado no último teste.
e) tivesse passado no último teste.

07. Quanto ao emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

I) A minissérie explora de impactos das redes sociais ___ questões sobre a convivência escolar.

II) Os pagamentos foram realizados ___ prazo.

III) As novas instruções foram encaminhadas ____ gestoras de cada unidade.

a) à - a - à
b) a - à - as
c) às - a - a
d) a - a - às
e) a - à - às

08. Adaptado para o discurso indireto, o trecho assume a seguinte redação:

a) O cavaleiro respondeu, com muito pesar, que precisava deixá-la só esta noite.
b) O cavaleiro respondeu com muito pesar: precisarei deixá-la sozinha nesta noite.
c) O cavaleiro respondeu que, com muito pesar, precisou deixá-la sozinha aquela noite.
d) O cavaleiro respondeu que, com muito pesar, precisaria deixá-la só naquela noite.
e) O cavaleiro, com muito pesar, respondeu que precisara deixar ela sozinha naquela noite.

09. Assinale a alternativa em que a concordância está correta de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

a) Construiu-se casas à margem do rio.
b) Devem haver crianças no local do acidente.
c) Trata-se de assuntos que devem ser amplamente discutidos.
d) Precisam-se de pessoas dispostas a mudar a relação entre o homem e a natureza.
e) Fazem anos que a mudança climática está na pauta de encontros internacionais.

10. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- Eles estavam acostumados _____ calor.
- Eles estão alheios ____ amor materno.
- Os vendedores demonstraram enorme capacidade _____ trabalho.

a) ao - de - para
b) à - pelo - de
c) de - a - para
d) com - com - para
e) com - a - ao

11. Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está flexionada em conformidade com a norma-padrão.

a) Tu **poste** os avisos no quadro?
b) Sempre me **precavenho** antes de sair de casa.
c) Eu **reouve** os bens hipotecados.
d) Nós **intervimos** na aula da última semana.
e) Ele se **abstirá** de suas vantagens.

12. Considere as frases abaixo.

- Deixaram os pacotes na recepção do hotel.
- Ela não contou aos pais tudo sobre a viagem.

Os termos sublinhados são corretamente substituídos por pronomes em:

a) Deixaram-os / contou-lhes
b) Deixaram-nos / lhes contou
c) Nos deixaram-lhes / contou-os
d) Deixaram-nos / os contou
e) Deixaram-lhes / contou-lhes

13. A flexão do verbo em destaque deve-se ao elemento sublinhado em:

a) **Pode** até ser verdade às vezes, mas essa justificativa não me convence.
b) Terminada a cerimônia, **vêm** a crítica e o mau humor.
c) **Bastava** a contemplação para se ter paz.
d) Queremos justificativas que **possibilitem** o entendimento e o abono.
e) A troca de olhares entre vocês lhe **causa** ansiedade.

14. O emprego dos sinais de pontuação está de acordo com a norma-padrão em:

a) Quando tudo parecer perdido, lembre-se de que a vida, que é curta, ainda vale a pena ser vivida.
b) Quando tudo parecer perdido lembre-se de que a vida, que é curta, ainda vale a pena ser vivida.
c) Quando tudo parecer perdido, lembre-se de que a vida que é curta, ainda vale a pena ser vivida.
d) Quando tudo parecer perdido, lembre-se de que a vida, que é curta ainda vale a pena ser vivida.
e) Quando tudo, parecer perdido, lembre-se de que a vida, que é curta, ainda vale a pena ser vivida.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

15. Durante o recesso forense, Júlia, promotora de justiça no interior do estado, foi substituída por seu colega Rafael, também membro do mesmo Ministério Público. No curso da atuação substitutiva, Rafael proferiu manifestação contrária àquela anteriormente adotada por Júlia no mesmo processo. A defesa da parte interessada impugnou o ato, sob alegação de quebra do princípio da unidade.

Com base nos princípios institucionais do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

a) O princípio da unidade veda qualquer substituição entre membros do Ministério Público no curso de um mesmo processo.
b) A manifestação de Rafael configura vício insanável, pois o princípio da independência funcional exige a manutenção de entendimento anterior.
c) O princípio da indivisibilidade permite a substituição entre membros do mesmo Ministério Público, ainda que com posicionamentos distintos.
d) A substituição só seria válida mediante prévia autorização do Conselho Superior do Ministério Público, conforme o princípio do promotor natural.
e) A divergência entre os membros é inadmissível, sendo obrigatória a uniformidade de teses para garantir a coesão funcional.

16. O Procurador-Geral de Justiça de determinado Estado elaborou, dentro do prazo legal, a proposta orçamentária do Ministério Público para o exercício seguinte. No entanto, o Poder Executivo, ao consolidar o orçamento, excluiu unilateralmente diversas dotações solicitadas, alegando contenção fiscal. O chefe do MP questionou a medida junto ao Legislativo.

À luz da sistemática constitucional sobre a autonomia do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

a) A proposta orçamentária do Ministério Público está sujeita ao controle prévio do Executivo, que pode suprimir dotações em razão da crise financeira.
b) O Poder Executivo não pode alterar o conteúdo da proposta orçamentária elaborada pelo Ministério Público, devendo encaminhá-la integralmente ao Legislativo.
c) O Ministério Público não possui autonomia financeira, mas apenas autonomia funcional e administrativa, razão pela qual a exclusão de dotações é válida.
d) O Poder Executivo pode ajustar a proposta orçamentária do Ministério Público apenas se esta ultrapassar os limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
e) A proposta orçamentária deve ser elaborada pelo Executivo, cabendo ao Ministério Público apenas indicar sugestões orçamentárias.

17. Durante a instrução de processo contra o prefeito municipal, um promotor de justiça foi removido compulsoriamente de sua comarca. A remoção foi determinada por ato do Procurador-Geral de Justiça, que justificou o ato com base em possível desgaste político local. O promotor afetado não foi ouvido previamente, tampouco houve deliberação de colegiado interno.

Com base no regime jurídico da inamovibilidade, assinale a alternativa correta.

a) A remoção foi válida, pois o cargo de promotor de justiça não está abrangido pela garantia da inamovibilidade.
b) A remoção foi inválida, pois somente o Conselho Nacional do Ministério Público pode autorizar a remoção de membro vitalício.
c) A inamovibilidade é relativa e permite a remoção por ato direto do Procurador-Geral, desde que motivado por interesse institucional.
d) A remoção foi inválida, pois depende de decisão do órgão colegiado competente, com voto da maioria absoluta e garantia de ampla defesa.
e) A remoção é legítima sempre que houver risco de atrito político, sendo a manifestação do chefe do MP suficiente para justificar a medida.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

18. No Word, a função que possibilita a criação de uma área para que seja realizados observações sobre elementos do texto, mas que, por padrão, não são impressos é chamada de:

a) Rodapé
b) Comentários.
c) Notas de fim
d) Sumário.
e) Caixa de Texto.

19. No Excel a opção “Mesclar e centralizar” se encontra em que menu:

a) Página Inicial
b) Inserir
c) Exibir
d) Gráficos.
e) Correspondência

20. Sobre o protocolo POP responda.

a) É utilizado para o envio de mensagens de email com uma maior velocidade de transmissão.

b) É utilizado para a troca de páginas entre computadores utilizando criptografia.

c) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, retira as mensagens do servidor e realiza a leitura na máquina do usuário.

d) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, realiza a leitura no servidor.

e) Não permite configurações adicionais em seu servidor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Sobre as disposições constitucionais relativas à nacionalidade, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, após atingirem a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

b) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, serão considerados brasileiros natos, desde que os pais não estejam a serviço de seu país de origem.

c) A Constituição prevê a perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado quando houver sentença judicial que cancele a naturalização em decorrência de fraude no processo de naturalização.

d) O brasileiro nato não pode, em nenhuma hipótese, ser extraditado, mesmo que venha a adquirir outra nacionalidade.

e) Perderá a nacionalidade o brasileiro que, por vontade própria, adquirir outra nacionalidade, ainda que sem exercício de direitos civis no país estrangeiro.

22. À luz dos artigos 102 e 105 da Constituição Federal de 1988, que tratam, respectivamente, das competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os membros do Congresso Nacional, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.

b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais quando a decisão contrariar tratado ou lei federal.

c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância quando a decisão contrariar tratado ou lei federal, ou divergir da interpretação de outro tribunal.

d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os governadores dos Estados e do Distrito Federal, nas infrações penais comuns.

e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, originariamente, o Presidente da República nos crimes comuns e de responsabilidade.

23. Acerca do direito de associação, nos termos do artigo 5º, incisos XVII a XXI, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida, salvo por decisão administrativa do Ministério da Justiça, garantida a ampla defesa.
b) A criação de associações e, no que couber, de cooperativas depende de autorização expressa do poder público e de registro em órgão competente.
c) A associação pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, ainda que sem o devido processo legal, nos casos de perigo iminente à ordem pública.
d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedada a de caráter paramilitar.
e) As associações só poderão representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente com autorização expressa do Poder Judiciário.

24. Com base no artigo 130-A da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

a) O CNMP é órgão integrante da estrutura do Poder Executivo, incumbido de exercer o controle disciplinar externo sobre os membros do Ministério Público.
b) Compete ao CNMP o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, bem como o julgamento de membros do Ministério Público da União nos crimes comuns.
c) O CNMP possui composição exclusivamente formada por membros do Ministério Público, assegurada a paridade entre os ramos federal e estadual.
d) Compete ao CNMP o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
e) O Procurador-Geral da República não integra o CNMP, sendo substituído na presidência do órgão por membro do Ministério Público Federal eleito por seus pares.

25. Com base nos artigos da Constituição Federal, que tratam do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

a) Os projetos de lei de iniciativa popular exigem a manifestação de, no mínimo, 0,3% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos três estados, com 1% dos eleitores em cada um deles.
b) O Presidente da República poderá solicitar ao Congresso Nacional urgência para apreciação de projetos de lei de sua iniciativa, hipótese em que a Câmara dos Deputados terá o prazo improrrogável de trinta dias para deliberar.
c) Em qualquer hipótese de veto presidencial, o Congresso Nacional poderá rejeitá-lo por maioria simples de seus membros presentes em sessão conjunta.
d) O Presidente da República pode vetar um projeto de lei total ou parcialmente, e o veto deverá ser sempre motivado e comunicado ao Presidente do Senado Federal no prazo de quinze dias úteis.
e) O projeto de lei vetado, ao ser mantido o veto, deverá ser arquivado definitivamente, sendo vedada a apresentação de nova proposta com o mesmo conteúdo durante a legislatura.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

26. Carlos é servidor de carreira em um hospital público estadual. Ao assumir a chefia de sua unidade, percebeu que o agendamento de consultas era feito exclusivamente por meio de fichas distribuídas presencialmente às 5h da manhã, gerando filas e desorganização.

Para melhorar o serviço, implementou um sistema online de marcação e reorganizou os atendimentos por prioridade médica. Após essas mudanças, a produtividade da equipe aumentou significativamente e os pacientes passaram a ser atendidos com mais rapidez e conforto.

No que se refere aos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) Carlos violou o princípio da impessoalidade, pois priorizou a conveniência de alguns usuários em detrimento de outros.

b) A reestruturação do serviço contrariou o princípio da legalidade, pois alterou práticas tradicionais sem previsão expressa em lei.

c) A atuação de Carlos está alinhada ao princípio da eficiência, que exige da Administração Pública a melhor utilização possível dos recursos disponíveis.

d) Carlos agiu em desacordo com a moralidade administrativa, ao implantar um sistema sem consulta prévia à população.

e) A medida é inválida, pois os atos administrativos não podem modificar a rotina de serviços já consolidados.

27. Durante uma inspeção, a Vigilância Sanitária municipal interditou um restaurante por ausência de condições mínimas de higiene, sem ordem judicial. O proprietário alegou abuso da Administração e impetrou mandado de segurança.

Com base no poder de polícia, assinale a alternativa correta.

a) A medida da Administração é inválida, pois o fechamento do estabelecimento depende de prévia autorização judicial.

b) A interdição do restaurante é inválida, pois o poder de polícia não permite medidas coercitivas.

c) A atuação da Vigilância Sanitária é válida, pois decorre do exercício legítimo do poder de polícia, que admite autoexecutoriedade.

d) O poder de polícia só pode ser exercido por servidores da União, sendo inválida a atuação municipal.

e) A interdição seria válida apenas se houvesse risco iminente de morte para os consumidores.

28. A Diretoria de Ensino de um Estado anulou a nomeação de um servidor, alegando vício de competência no ato que o nomeou. O servidor alegou que o ato era legítimo, pois já havia sido publicado e estava em vigor há mais de dois anos.

A respeito dos elementos e atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) A publicação torna o ato irretratável, mesmo que exista vício de competência.

b) A presunção de legitimidade impede a anulação de atos pela própria Administração.

c) A autoexecutoriedade impede que o ato seja revisto administrativamente.

d) Um ato publicado há mais de dois anos é insuscetível de anulação, mesmo que nulo de pleno direito.

e) A existência de vício de competência torna o ato anulável, sendo passível de anulação pela Administração, respeitado o prazo decadencial.

29. Joana foi contratada como servidora por uma fundação pública de direito privado que presta serviço de saúde conveniado ao SUS. Ao ser questionada, ela afirmou que trabalha para a Administração Pública direta.

No que tange à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) Joana está equivocada, pois as fundações públicas integram a Administração pública indireta.

b) As fundações públicas de direito privado são órgãos da Administração direta.

c) Joana está correta, pois as fundações públicas integram a Administração direta.

d) Joana está equivocada, pois a fundação pública não integra a Administração Pública, e sim o terceiro setor.

e) As fundações públicas de direito privado não possuem vínculo com o Estado.

30. Durante fiscalização, o Tribunal de Contas estadual identificou irregularidades na contratação de uma empresa por autarquia estadual. Determinou, então, a suspensão dos pagamentos e solicitou esclarecimentos ao gestor responsável.

Acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) O controle exercido pelo Tribunal de Contas é de natureza interna, pois se dá no âmbito da própria Administração.

b) O controle exercido pelo Tribunal de Contas é um exemplo de controle legislativo, de natureza externa.

c) O Tribunal de Contas não tem competência para suspender pagamentos, apenas para recomendar providências.

d) A atuação do Tribunal de Contas representa um controle jurisdicional.

e) A autarquia, por não integrar a Administração direta, está isenta do controle exercido pelo Tribunal de Contas.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

31. Com relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

a) Caracteriza o crime de extorsão indireta a conduta de exigir ou receber, como forma de garantia de dívida, documento que possa resultar em instauração de ação penal contra a vítima ou terceiro, valendo-se da situação de fragilidade da pessoa.

b) A receptação é qualificada quando o agente, sabendo tratar-se de produto de crime, mantém em seu poder animal domesticável de produção, vivo ou abatido, com a intenção de vendê-lo ou utilizá-lo para fins produtivos.

c) A receptação não é punível se o agente que praticou o crime anterior, do qual provém a coisa, for inimputável ou estiver isento de pena.

d) Comete crime culposo quem se hospeda em estabelecimento hoteleiro sem possuir recursos financeiros para quitar a despesa gerada.

e) Incorre no crime de apropriação de coisa achada aquele que encontra bem perdido de outrem e, no todo ou em parte, se apropria dele, deixando de devolvê-lo ao legítimo dono ou de entregá-lo à autoridade no prazo de dez dias.

32. Imagine que Lúcia, por negligência, acabe tirando a vida de seu irmão, Lúcio, de 13 anos, em um acidente doméstico que ela causou. Resta comprovado que Lúcia fica completamente devastada com a morte de seu irmão, o qual amava profundamente. Nessa situação, supondo que a conduta seja tipificada como homicídio culposo, é correto afirmar que:

a) Lúcia poderá ter a sua pena reduzida caso o juiz entenda que as consequências da infração atingiram Lúcia de forma tão grave que a sanção penal se tornou praticamente desnecessária.

b) O juiz poderá deixar de aplicar a pena caso entenda que as consequências da infração atingiram Lúcia de forma tão grave que a sanção penal se tornou desnecessária.

c) As consequências da infração penal sobre Lúcia são irrelevantes, devendo ela ser responsabilizada regularmente pelo delito de homicídio culposo.

d) Lúcia deverá, na verdade, responder por homicídio culposo com causa de aumento de pena em razão da vítima ser seu irmão.

e) Lúcia deverá, na verdade, responder por homicídio culposo com causa de aumento de pena, em razão da vítima ser menor de 14 anos.

33. Com relação ao delito de divulgação de imagens ou vídeos relacionados a estupro, estupro de vulnerável, atos sexuais ou pornografia, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Trata-se de tipo penal de conteúdo misto alternativo, permitindo a consumação com qualquer das condutas descritas.

b) O delito é classificado como formal, pois se concretiza com a simples prática da ação típica, sendo desnecessária a ocorrência de um resultado específico.

c) A infração penal pode ocorrer por qualquer meio de divulgação, o que caracteriza sua forma livre.

d) Mesmo se veiculado por meio jornalístico e com recursos que impeçam a identificação da vítima, o fato é suficiente para configurar o crime.

e) Haverá causa de aumento de pena se a conduta for motivada por desejo de humilhar ou se vingar da vítima.

34. Carlos, de forma intencional, deixou de incluir em documento público uma informação que deveria constar, com o propósito de modificar a veracidade sobre um fato juridicamente relevante. A conduta de Carlos, em tese, configura o seguinte crime:

a) Falsidade ideológica.

b) Elaboração de certidão ou atestado falso quanto ao seu conteúdo ideológico.

c) Falsificação de documento público.

d) Falsificação de selo oficial ou sinal de autenticação.

e) Nenhuma das opções anteriores.

35. Mário, na qualidade de servidor público, exigiu o pagamento de tributo que sabia ser indevido e, posteriormente, apropriou-se da quantia recebida para benefício próprio. Diante dessa situação, é correto afirmar que Mário deverá, em tese, responder:

a) pelo crime de concussão, pois exigiu vantagem indevida.

b) por concussão, com aplicação de causa de aumento de pena.

c) por excesso de exação, em sua forma simples.

d) por excesso de exação, na forma qualificada em razão do desvio do valor em proveito próprio.

e) por corrupção passiva, sem qualificadoras.

LEGISLAÇÃO PENAL E ECA

Antônio Pequeno

36. Quanto à progressão de regime, marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

a) O condenado reincidente em crime com violência ou grave ameaça à pessoa, para progredir de regime, deverá cumprir 30% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
b) O condenado primário em crime com violência ou grave ameaça à pessoa, para progredir de regime, deverá cumprir 20% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
c) O condenado reincidente em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte, para progredir de regime, deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
d) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte, para progredir de regime, deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
e) O condenado reincidente no crime de milícia privada, para progredir de regime, deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.

37. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, assinale a alternativa correta que apresenta um crime rotulado como hediondo:

a) lavagem de dinheiro
b) Assédio sexual.
c) importunação sexual.
d) Lesão corporal leve.
e) Tráfico de pessoas praticado contra criança ou adolescente.

38. Um agente público do estado Charlie praticou o crime de tortura probatória. Com base na Lei nº 9.455/1997, podemos afirmar que, nesse caso, a pena pode ser aumentada pelo fato de ele ser agente público em:

a) 1/6 a 1/3.
b) 1/3 a 2/3.
c) 1/2 a 2/3.
d) 1/2 a 1/3.
e) 1/5 a 1/3.

39. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, são requisitos para a suspensão condicional do processo, exceto:

a) Pena mínima igual ou inferior a um ano.
b) Pena máxima igual ou inferior a dois anos.
c) Que o acusado não esteja sendo processado.
d) Que o acusado não tenha sido condenado por outro crime.
e) Presentes os requisitos que autorizam a suspensão condicional da pena.

40. Um funcionário público praticou o crime de injúria racial, na forma do art. 2º-A da Lei nº 7.7716/1989. Segundo dispõe a lei mencionada, a pena dele poderá ser majorada:

a) de 1/3 a 2/3.
b) de 1/2 a 2/3.
c) de 1/3 a 1/2.
d) de 2/3.
e) de 1/3.

41. Um policial judicial foi pego pela Polícia Militar portando ilegalmente uma arma de fogo de uso restrito. À luz da Lei nº 10826/2003 (Estatuto do Desarmamento) a conduta dele configura o crime de:

a) omissão de cautela.
b) posse irregular de arma de fogo de uso permitido
c) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
d) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito na modalidade simples.
e) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito com a majorante do art.20, I, do Estatuto do Desarmamento

42. Um técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Piauí praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na Lei nº 13.869/2019, marque a alternativa incorreta.

a) Os crimes previstos nesta lei só cabem na forma dolosa.
b) A ação penal é pública incondicionada.
c) A perda do cargo, mandato ou função pública é um dos efeitos da condenação.
d) Na lei não tem previsão de penas restritivas de direitos.
e) A pena privativa de liberdade para os crimes de abuso de autoridade é a pena de detenção.

43. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), marque a alternativa abaixo que traz uma informação que é contrária ao que é disposto no direito à profissionalização e à proteção do trabalho.

a) Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
b) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
c) Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.
d) Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.
e) O adolescente pode trabalhar, excepcionalmente, no período realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte.

44. De acordo com a Lei nº 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa correta.

a) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente ensino médio, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
b) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo.
c) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão à Secretaria de Educação os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.
d) As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses.
e) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular não importa responsabilidade da autoridade competente.

45. Maria foi agredida fisicamente pelo seu marido, sendo vítima do crime de lesão corporal leve (art.129, §13, do CP), sob o contexto de violência doméstica e familiar. Com base nessa situação hipotética e de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, marque a alternativa abaixo que traga a resposta correta.

a) Poderá ser aplicado para o marido de Maria o instituto da transação penal.
b) Poderá ser aplicado para o marido de Maria o instituto da suspensão condicional do processo.
c) Poderá ser aplicado para o marido de Maria o instituto da composição civil dos danos.
d) Poderá ser aplicado para o marido de Maria o princípio da insignificância, caso seja comprovado que as lesões sejam ínfimas.
e) O tipo de ação penal desse crime, sob esse contexto, é pública incondicionada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

46. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

a) Dado o princípio da oficiosidade, o Delegado de polícia deverá instaurar inquérito policial de ofício, ainda que se trate de crime de ação penal pública condicionada.

b) Em caso de manifestação de arquivamento do inquérito policial pelo MP, além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judicial competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento.

c) Em regra, o inquérito deverá se encerrar em até 10 dias, a contar da instauração do inquérito, caso esteja solto o indiciado.

d) Dado o sigilo que impera no inquérito policial, é vedado ao defensor do investigado o acesso aos elementos de prova já documentados nos autos do referido procedimento.

e) Em se tratando de crime de tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos, desde que com prévia autorização judicial.

47. Hugo praticou o crime de estelionato (Pena: 01 a 05 anos de reclusão e multa), tendo sido indiciado pela autoridade policial. Consta que Hugo permaneceu em silêncio durante seu interrogatório em sede policial, bem como consta que, apesar de primário, Hugo já foi beneficiado anteriormente (há 10 anos) com uma transação penal pela prática de infração de menor potencial ofensivo.

Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal (ANPP), é correto afirmar que:

a) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, em razão da pena máxima cominada ao delito

b) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por já ter sido Hugo beneficiado anteriormente com transação penal

c) O fato de Hugo ter permanecido em silêncio durante seu interrogatório em sede policial é obstáculo ao oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal, já que se exige a confissão formal e circunstanciada da prática da infração

d) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, cabendo ao membro do MP a homologação do acordo

e) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu eventual descumprimento

48. Juca foi preso em flagrante por policiais militares logo após subtrair, mediante grave ameaça exercida com uma faca, o celular de um pedestre no centro da cidade de Teresina-PI. Lavrado o auto de prisão em flagrante, os autos foram remetidos ao Juiz competente, tendo sido designada a audiência de custódia. Na audiência de custódia, sem que tivesse havido requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, o Juiz converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, para a garantia da ordem pública, em razão da extensa ficha criminal do custodiado.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) Agiu incorretamente o Juiz, pois a garantia da ordem pública não é fundamento idôneo para a segregação cautelar

b) Agiu incorretamente o Juiz, pois a prisão preventiva não pode ser decretada de ofício, salvo em caso de crime cuja pena máxima seja superior a 12 anos

c) Agiu incorretamente o Juiz, pois a prisão preventiva não pode ser decretada de ofício

d) Agiu incorretamente o Juiz, pois o crime em questão não admite tal modalidade de prisão cautelar

e) O Juiz agiu corretamente ao decretar a prisão preventiva de ofício, ante as circunstâncias do caso concreto, pois a conversão da prisão em flagrante em preventiva não depende de provocação

49. Acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Ao autor de infração de menor potencial ofensivo que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, podendo ser exigido o pagamento de fiança

b) Ao autor do crime de furto simples (pena: reclusão, de 01 a 04 anos, e multa) não será possível o oferecimento de proposta de transação penal, mas será possível o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo

c) Não sendo encontrado o acusado para ser citado, o Juiz do Juizado Especial Criminal encaminhará as peças existentes ao Juízo comum, para adoção do procedimento previsto em lei

d) A suspensão condicional do processo poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta

e) A imposição de pena restritiva de direitos ou multa, decorrente do acordo de transação penal, não gera reincidência e não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

50. Guilherme cumpre pena pela prática do crime de roubo simples. A defesa de Guilherme, entendendo que o condenado cumpre os requisitos legais, requereu ao Juízo a concessão de livramento condicional, o que foi deferido pelo Juízo. O MP, caso pretenda impugnar a decisão, deverá:

a) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias

b) impetrar mandado de segurança, por não haver recurso cabível na hipótese.

c) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias

d) interpor agravo em execução, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias

e) interpor agravo em execução, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

51. Acerca da teoria da pessoa jurídica e de sua autonomia patrimonial, assinale a alternativa correta

a) A autonomia patrimonial da pessoa jurídica é uma ficção jurídica sem respaldo legal, sendo passível de afastamento sempre que houver inadimplemento contratual.
b) A pessoa jurídica não pode ser responsabilizada por atos de seus administradores, mesmo que se beneficie deles, salvo autorização expressa no estatuto.
c) A aplicação da Teoria Ultra Vires prevalece sobre o princípio da boa-fé objetiva, de modo que atos praticados fora do objeto social não obrigam a pessoa jurídica, mesmo se dela advierem benefícios.
d) A autonomia patrimonial da pessoa jurídica é princípio reconhecido pelo Código Civil, podendo ser afastada excepcionalmente, mediante desconsideração da personalidade, nos casos de abuso de direito.
e) Atos praticados por administradores fora dos limites dos poderes estatutários são nulos de pleno direito e não geram responsabilidade para a pessoa jurídica em nenhuma hipótese.

52. No que se refere à classificação dos fatos jurídicos em sentido estrito e aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta

a) O decurso do tempo, quando não vinculado a qualquer evento jurídico, é considerado negócio jurídico unilateral típico.
b) A morte, como fato jurídico natural, tem efeitos exclusivamente extrapatrimoniais, não produzindo consequências jurídicas de ordem patrimonial.
c) O negócio jurídico distingue-se do ato jurídico stricto sensu por não depender de manifestação de vontade, sendo seu efeito sempre imposto por lei.
d) O fato jurídico em sentido estrito pode decorrer de acontecimentos naturais ou humanos, desde que desprovidos de vontade juridicamente relevante.
e) O ato-fato jurídico é espécie de negócio jurídico que depende de vontade e produz efeitos conforme a intenção do agente.

53. Em meio a uma pandemia, Júlia, recém-diagnosticada com uma doença grave, precisou urgentemente de um medicamento de alto custo para sobreviver. Sem condições financeiras, procurou ajuda e foi abordada por Cláudio, que, ciente de sua situação extrema, ofereceu o medicamento mediante a assinatura de um contrato em que Júlia se comprometia a vender a Cláudio um imóvel de valor muito superior pelo preço irrisório de R$ 10 mil. Desesperada, Júlia aceitou. Após o fim da crise, pretende anular o negócio.

Com base nos vícios da vontade, assinale a alternativa correta

a) O caso configura estado de perigo, pois Júlia, premida pela necessidade de salvar sua vida, assumiu obrigação excessivamente onerosa para obter ajuda, podendo anular o negócio.
b) Trata-se de dolo, pois Cláudio, com intenção de prejudicar Júlia, induziu-a a erro essencial, sendo o negócio nulo de pleno direito.
c) O caso configura lesão, pois Júlia aceitou espontaneamente o contrato, mesmo em condição econômica desfavorável, havendo manifesta desproporção entre as prestações.
d) A situação configura coação moral irresistível, tornando o negócio jurídico inexistente.
e) O contrato é válido, pois a vontade foi expressa sem impedimentos formais e a desproporção entre as prestações não gera, por si só, invalidade.

54. Durante uma forte tempestade, uma árvore plantada em área privada caiu sobre o carro de um pedestre que estava devidamente estacionado em via pública. A perícia técnica constatou que a árvore estava com o tronco comprometido por cupins há anos, sendo visível a deterioração. O proprietário do imóvel, ao ser questionado, alegou que o evento foi causado por força maior (chuva intensa) e que não poderia ser responsabilizado.

Diante do caso, assinale a alternativa correta

a) O proprietário do imóvel responde civilmente pelos danos causados, pois houve omissão quanto ao dever de vigilância e conservação, configurando culpa.
b) Trata-se de caso fortuito externo, o que exclui a responsabilidade do proprietário, uma vez que eventos naturais rompem o nexo de causalidade.
c) A responsabilidade do proprietário é subjetiva, mas inexiste no caso, pois não houve ação voluntária causadora do dano.
d) A queda da árvore constitui fato de terceiro, sendo a municipalidade a responsável por eventual indenização.
e) O dano decorre de fato da natureza e, por isso, deve ser suportado por aquele que sofreu o prejuízo, sem responsabilização de terceiros.

55. Joana adquiriu um ventilador de mesa em uma loja virtual. O equipamento, fabricado no exterior, foi importado por uma empresa brasileira e apresentava o selo de uma conhecida marca nacional. Ao utilizar o produto pela primeira vez, Joana e a sua filha, Sofia, sofreram um choque elétrico e queimaduras nas mãos. O laudo técnico confirmou que o ventilador apresentava falha na isolação elétrica. Joana e Sofia então ajuizaram ação buscando indenização com base no CDC.

Com base nessa situação hipotética e nas regras do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta

a) A responsabilidade do importador do ventilador dependerá da verificação de culpa, pois ele apenas intermediou a chegada do produto ao país.
b) O ventilador é considerado defeituoso apenas porque outros produtos similares de melhor qualidade estão disponíveis no mercado.
c) O fabricante será responsabilizado mesmo que consiga provar que a culpa foi exclusivamente de um terceiro.
d) A loja virtual que comercializou o ventilador poderá ser responsabilizada, mesmo que o fabricante esteja identificado.
e) Pessoas que não compraram o ventilador, mas foram atingidas pelo acidente, também podem ser consideradas consumidores para fins de responsabilização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

56. Atenção: Considere o Código de Processo Civil brasileiro para responder à questão.

Considere as seguintes situações:

I - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.

III - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.

A produção antecipada da prova será admitida APENAS nos casos do(s):

a) I

b) I, II e III.

c) I e III.

d) II e III.

e) I e II.

57. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de obrigação de prestar alimentos em face de funcionário público, o débito objeto da execução

a) Não pode ser descontado dos rendimentos do executado.

b) Não pode ser descontado de forma parcelada dos rendimentos do executado.

c) Pode ser descontado de forma parcelada dos rendimentos do executado, desde que não ultrapasse 40 salários mínimos.

d) Pode ser descontado de forma parcelada dos rendimentos do executado, desde que não ultrapasse 30 por cento dos seus ganhos líquidos.

e) pode ser descontado dos rendimentos ou rendas do executado, de forma parcelada, contanto que, somado à parcela devida, não ultrapasse cinquenta por cento de seus ganhos líquidos.

58. Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes,

a) no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

b) no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

c) no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

d) no prazo comum de 10 (dez) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

e) no prazo comum de 10 (dez) dias, findo o qual a decisão transita em julgado.

59. Analise as seguintes proposições a respeito da defesa do consumidor em juízo:

I – Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

II – Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

III – Nas ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor não haverá adiantamento de custas, mas deverão ser adiantados os honorários periciais.

IV – Admite-se a denunciação da lide entre fornecedores corresponsáveis.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.

b) I, II e IV.

c) II.

d) I, III e IV.

e) II e IV.

60. De acordo com o previsto no CPC, o recurso adesivo será admissível

a) no agravo de instrumento.

b) nos embargos de declaração.

c) no agravo interno.

d) no recurso extraordinário.

e) no recurso ordinário.

Discursiva

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0